

## Algumas Teses Sobre os Dois Reinos

John R. Stumme

Uma das formas mais importantes em que a tradição evangélica entendeu a relação entre a fé cristã e a política, é a assim chamada doutrina dos dois reinos. Embora não seja uma doutrina, mas antes um método teológico, e embora o apelativo só tenha sido fixado no século XX, pode-se usar a expressão "os dois reinos" como um modo estenográfico de falar de uma concepção que teve sua origem com Martin Lutero e que tomou várias formas entre os luteranos e também entre outros protestantes nos últimos quatrocentos e quarenta anos. Com base no evangelho da justificação pela fé sem as obras e à luz das necessidades concretas do movimento reformatório, Lutero desenvolveu-a para dirigir a igreja e o cristão em sua responsabilidade pública, em contraste tanto com a igreja católico-romana quanto com a reforma radical. No século XX esta idéia, seu uso e seu abuso – especialmente por causa de seu infame papel no conflito eclesial no tempo do nazismo na Alemanha – chegou a ser um tema muito debatido. Alguns buscam conceitos diferentes e outros tratam de interpretá-la de novas maneiras.

Na convicção de que um fundamento teológico de uma ética política para o evangélicos na América Latina será desenvolvido em continuidade e descontinuidade com sua tradição, ofereci um seminário no campo da teologia sistemática sobre "os dois reinos" que se realizou no segundo semestre de 1978.

O propósito da matéria era estudar o conceito em Lutero, seguir o debate sobre ele no século XX e apreciar sua validade e seus limites para a teologia em nosso contexto. Por isso, dividiu-se o seminário em três partes. Começamos com Lutero, sua compreensão do evangelho como "liberdade de" e "liberdade para", seu desenvolvimento dos "dois reinos" como resposta ao poder autoritário dos príncipes, e seu uso do conceito na guerra dos camponeses(1) e o comparamos com as idéias diferentes de João Calvino e

---

(1) "Obras de Martín Lutero "La Libertad del cristiano" (1520). Versão castelhana de C. Witthaus, Ed. Paidós, (Buenos Aires, 1967), pág. 155-170; "La autoridad secular" (1523), II, pág. 125-162; "Exhortación a la paz" (1525), I, pág. 243-266; "Contra las hordas ladronas y asesinas de los campesinos" (1525), I, pág. 271-276; "Carta abierta" (1525), II, pág. 281-302. Para indicar alguns dos textos.

dos anabatistas(2). Na segunda etapa estudamos usos e reações aos dois reinos do liberalismo de Adolfo Harnack à teologia escatológica de Jürgen Moltmann(3). Vimos a crítica do socialista religioso Paul Tillich ao ensino social protestante diante da situação proletária, o emprego de conceitos de Lutero para apoiar o nacional – socialismo e o ataque poderoso de Karl Barth e da declaração de Barmen aos luteranos alemães(4). Seguimos a tentativa de Barth de encontrar uma nova base teológica em sua "Comunidade cristã e comunidade civil" (5) e as respostas a Barth de Béla Leskó e William Lazareth (6). Na última parte examinamos duas interpretações dos dois reinos na América Latina por Lambert Schuurmann e Mario Yutzis (7) e investigamos como a teologia da libertação de José Miguez e de Juan Segundo tratam da problemática dos dois reinos (8).

O que segue é um "documento de trabalho" escassamente revisado, que apresentei na última sessão do curso. Trata de dizer claramente o que são "os dois reinos", de clarificar assuntos discutidos no seminário e de sugerir o que pode significar para as igrejas evangélicas em uma situação que exige a transformação.

- 
- (2) Schuurmann, Lambert, *Ética Política*, "Apéndice", Editorial Escatón. (Buenos Aires, 1974), pág. 233-282; Calvino, João, *Institución de la Religión Cristiana II*, Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1967, pág. 1167-1194.
  - (3) Harnack, A. *La Esencia del Cristianismo*, (Barcelona, 1904), pág. 88-104; Wolf, E., "Hacia una ética social luterana" (1932), *Testemunho Cristiano* (1977-número especial), pág. 22-24; Moltmann, J. "Fe y Política", *Diálogo ecuménico*, 9,33 (1974), pág. 3-50. Moltmann apresenta sua posição quanto aos dois reinos e o senhorio de Cristo de Karl Barth.
  - (4) Tillich, Paul, *Pensamiento Cristiano y cultura en Occidente*. La Aurora, (Buenos Aires, 1976), pág. 265-70; *La Era Protestante*, Editorial Paidós, (Buenos Aires, 1965), pág. 262-68; "Los Dos Reinos en el conflicto de la Iglesia" *Testimonio Cristiano*, pág. 25-27; Dietrich Bonhoeffer, *Ética*, Editorial Estela, (Barcelona, 1968), pág. 136-143; 83-99.
  - (5) Barth, K. *Comunidad cristiana y comunidad civil*, (Madrid, 1976), pág. 79-139.
  - (6) Leskó, B. "La armonía y la delimitación de los dos reinos según Martín Lutero", *Vox Evangelii* (1956), pág. 85-102; Lazareth, W. "Luther's Two Kingdom's Ethic Reconsidered", "Christian Social Ethics in a Changing World", redatado por John C. Bennett, Association Press, (New York, 1966), pág. 119-131; Lazareth W. "En Cristo – cuidado responsable de la creación" em *Federación Luterana Mundial. Dar es Salam* 1977, pág. 87-97.
  - (7) Schuurmann, L. "Some observations on the Relevance of Luther's Theory of the two Realms for the Theological Task in Latin America", *The Lutheran Quarterly*, XXII, 1(1970), pág. 77-91; Yutzis, Mario. "La doctrina de los dos reinos. Un enfoque latinoamericano", *Testimonio Cristiano* (1977), pág. 36-48.
  - (8) Miguez, José. *La Fe en busca de eficacia*, Sigueme, Salamanca, 1977. Cap. 7 e págs. 194-203; Segundo, Juan. *Libertación de la Teología* Carlos Lohlé. (Buenos Aires, 1975), pág. 157-173.

Não é um estudo histórico de Lutero, nem mesmo uma interpretação de Lutero, mas um ensaio que parte de algumas afirmações centrais de Lutero e da Reforma e que incorpora elementos das teologias histórico-escatológicas em uma tentativa de esboçar uma base teológica para uma ética política.

Durante o seminário levantamos três perguntas-chaves:

1) Qual a diferença essencial dos "dois reinos"?  
 2) Por que é feita? 3) Qual é a unidade, os laços que unem a diferença? Minhas respostas a essas perguntas são vistas ao longo deste pequeno trabalho. Basicamente, argumento, há que se fazer uma diferença porque o único Deus, em seu amor para com os homens, está fazendo mais de uma coisa. Suas múltiplas ações podem ser entendidas da melhor forma com as categorias de criador e salvador. Esta diferença, que é a crucial dos "dois reinos" tem implicações significativas na teologia. Em vez deste termo, em câmbio, prefiro o slogan "a dupla ação de um Deus", porque destaca que se refere a ações dinâmicas de Deus e não a um lugar ou estado, sugere melhor que se fala de um Deus, não de dois, de uma distinção não de um dualismo, e indica que o cristão vive sempre em duas relações com Deus, que se penetram mutuamente (9). A tese nº 1 é uma das chaves do documento. Diz que o ponto de partida é cristológico e histórico e não, por exemplo, o conceito das duas cidades de Agostinho (qualquer que seja o caso com os textos de Lutero). Tal juízo da problemática evita os problemas de falar dos "dois reinos" e dos "dois governos" ou dos "três reinos" que dominam muito da discussão atual da ética política de Lutero. E propõe que o reconhecimento desta problemática pode dar coerência ao serviço ao único Deus.

A forma e o conteúdo do documento refletem seu *Sitz im Leben* em um seminário. Sua forma de tese expressa sua tentativa de entrar e de tomar uma posição em uma discussão já completa e, contudo, aberta. O fato de que as teses toquem brevemente uma porção de assuntos complexos e ignorem muitos outros, indica tanto que pressupõe as leituras e o desenvolvimento do seminário, quanto que convida a mais reflexão. Ao lê-lo, pode-se imaginar um substrato de discussões sobre a natureza da salvação, a relação entre a graça e a ação humana, o dualismo na história dos dois reinos, o senhorio de Cristo, a relação entre o reino de Deus e os projetos históricos, a autonomia ou não do mundo e outros assuntos. E pode-se encontrar críticas da tradição dos dois reinos e juízos de diferença (muitas vezes implícita) com outras posições.

---

(9) No documento, quando "os dois reinos" aparece entre aspas indica que comparto a idéia.

Este documento de trabalho não será conveniente para os que pensam que a fé é um escape da responsabilidade pela justiça, nem para os que pensam que a fé se esgota na política. Minha esperança é que os que buscam a justiça, porque a promessa do evangelho é a fonte de sua vida, possam encontrar aqui uma ajuda a uma conversa que está iniciada e segue.

1. A origem da **problemática teológica** dos "dois reinos" é a chegada da salvação em Jesus Cristo a um mundo distorcido e alienado que, apesar disso, é o mundo de Deus. Esta **problemática (a relação da salvação em Jesus Cristo, o mundo distorcido e o mundo de Deus)** é básica, **intrínseca e perene para a fé cristã.**
2. Por causa de Jesus Cristo afirmamos que o Deus soberano é fiel em seu amor e amante em sua fidelidade. Jesus Cristo nos revela que **tudo o que Deus faz é para nós e para o bem-estar de seu mundo e dos seres humanos, e contra o mal.** O Deus que encontramos em Jesus é o que cuida de nós e luta pela humanidade, começando (mas não terminando) com os pobres.
3. Na base desta unidade há que distinguir (sem separar) e relacionar (sem confundir) a atividade amante e fiel do único Deus, como o criador e salvador. Há um Deus que atua em um mundo de duas maneiras. Há uma história e um homem que vive em duas relações com o único Deus. A necessidade da distinção é destacar o novo que chega em Jesus, o Cristo de Deus, sem desprezar nem exagerar a outra obra de Deus em e para o mundo, e sem esquecer-se do poder do mal no mundo que resiste às duas ações de Deus. A intenção dos "dois reinos" é dar orientação teológica aos cristãos e sua práxis à luz da dupla ação do único Deus.
4. Como o salvador, Deus trabalha abertamente (mas paradoxalmente) em Jesus e no evangelho para a salvação do mundo e contra a fonte do pecado. Como o criador (atividade atual), Deus (também Jesus Cristo) trabalha anonimamente nas instituições políticas para a justiça e contra as conseqüências políticas do pecado.
  - 4.1 Em sua ação-salvífica não estabelece justiça política para toda a sociedade, mas cria o novo (novas pessoas em uma nova comunidade) e promete incondicionalmente a vitória final de Deus sobre o poder do mal. Sua ação criativa não salva os seres humanos, mas cria as condições para viver em paz e justiça relativas e para ouvir a notícia da salvação.
  - 4.2 Somente os que criam através da fé participam plenamente na salvação, na história. Para conseguir seu propósito como criador, Deus atua tanto com e sob cristãos como não-cristãos.

muitas vezes, mais claramente com os não-cristãos (embora somente os cristãos reconheçam esta atividade como a de Deus que está revelada em Jesus).

- 4.3 Em sua obra salvífica Deus usa somente o meio da palavra e a fé. Não força o homem a crer com a espada, mas o vence através da palavra e do Espírito Santo. Em sua luta contra as conseqüências políticas do pecado, a lei, a ameaça de castigo, a força, a espada, o auto-interesse, o sentido da justiça e toda a atividade política podem ser parte de sua obra de criar e de defender a justiça política.
- 4.4 Então, o modo de ação de Deus (4), seus propósitos imediatos (4.1), os que participam e a maneira da participação (4.2), e os meios que Deus usa (4.3), são distintos na dupla obra de Deus. As duas ações mostram o fiel amor de um Deus e servem a seu último propósito (2).

5. O único ator para a salvação é Deus em Jesus Cristo, enquanto que na criação a ação se entende como o presente de Deus e a tarefa dos seres humanos. Na linguagem de Dietrich Bonhoeffer, o último é a obra só de Deus, e o penúltimo é uma obra divina e humana (vista pelo cristão dentro do contexto último). Afirma-se isto porque o homem não pode salvar-se e porque só Deus pode erradicar a fonte do pecado, isto é, a incredulidade do homem e a vontade pervertida, centrada em si mesmo. E para que Deus seja Deus (livre em sua graça e não sob o domínio do homem), para que o homem aceite sua responsabilidade de amar e de criar a justiça (e nada mais, isso é, não pretende salvar-se). Tal atitude afirma a dignidade humana porque fornece o fundamento para a confiança básica na realidade que é imprescindível para a liberdade humana. Oferece o contexto último para que se possa atuar para o próximo sem cair na idolatria (confusão das obras humanas com as de Deus), nem no desespero (não há nada que possamos fazer – eu, outros, Deus). O gozo da salvação oferece a base de um compromisso histórico. A ação vale por causa de Cristo (I Cor. 15.58).

6. O evangelho é uma promessa incondicional, dada na história, sobre Jesus. Como caminhos da salvação, o evangelho e a lei (qualquer exigência que ofereça a plenitude da vida, a salvação) são opostos. Não há lei capaz de dar a vida (Gl 3.21). A Lei acusa e condena e o evangelho dá a vida e a liberdade. Então, quando se fala da salvação, há que contrastar os dois. Há que rejeitar todas as tentativas que façam depender o valor último de uma pessoa ou grupo de suas conquistas. Não por causa deles mas apesar dos resultados, recebemos a vida. A promessa é grátis e incondicional.

não condicionada pela ação humana. Este é o único caminho da salvação. A diferença da dupla ação de Deus é essencial para que a promessa incondicional fique assim, e para que o homem, num mundo alienado, encontre o novo começo de vida dado na história sobre Jesus.

7. Na vida, morte e ressurreição de Jesus chegou toda a salvação prolepticamente. Vivendo no tempo depois de Jesus e antes da chegada do futuro último que está prometido em Jesus, a Igreja e o cristão vivem na tensão do "já...ainda...não" da salvação. O "ainda não" significa a plenitude da salvação no futuro reino de Deus, a meta da história e o destino final de todos e tudo. O "já" é a vinda e a presença da salvação agora na palavra e nos sacramentos, que perdoa, destrói os laços de auto-preocupação, e cria o novo povo de Deus, que vive em amor na esperança confiante do reino. O "ainda não" dá o marco do "já" e é o contexto ou horizonte de viver na fé, agora, para os demais, no mundo que está "com dores de parto" (Rm 8,22). O alcance da salvação é universal, sua profundidade é sua ultimidade, sua precisão é pessoal e comunitária (a Igreja) e sua dinâmica penetra toda a vida.

- 7.1 Não se pode substituir "o futuro último" com um conceito social ou político ou histórico da salvação. O "ainda não" está sempre para além de qualquer conceito de uma sociedade perfeita ou de qualquer fim na história. Um reducionismo desse tipo não só é infiel à intenção do evangelho e inadequado à experiência humana, como também produz, a longo prazo, o fanatismo ou o desespero na política.
- 7.2 Quisera afirmar, mas não posso, que uma promessa de uma sociedade justa e livre na história é parte da promessa do evangelho. Não estou convencido de que se possa fazer tal promessa em nome de Jesus de uma maneira verdadeira e convincente. Se Jesus fosse um tipo universal de San Martín, seria difícil evitar a conclusão de que fracassou. Não creio que tenha sentido falar de, por exemplo, "uma Argentina salva por Cristo", mesmo que se referisse ao "já", e se reconhecesse esta como ambígua. Não é apropriado ao evangelho, como promessa incondicional, pôr realidades políticas que dependem da ação humana no conteúdo do evangelho. Não é uma ajuda na política confundir a tarefa humana com a graça da salvação. Não vejo como é possível incluí-las e evitar um novo tipo de protestantismo cultural. Não entendo bem como se faz e se diz que o evangelho é boa notícia para nós agora, apesar da opressão histórica. Parece-me que um dos argumentos mais

fortes para o conceito da salvação política, social ou histórica é a afirmação de que a salvação é toda para o homem íntegro, que sem dúvida, inclui o homem em todas suas relações como um ser social ou ser histórico. Apesar disso, não posso descobrir onde Jesus dá a libertação política. O que dá é a dignidade, o poder e a perspectiva crítica de ser libertado em todas as relações e o motivo de buscar a justiça. Mas, poderia ser que tal perspectiva, que não encontra o conteúdo e o meio da salvação dada no evangelho na luta de poder, fosse ajuda imprescindível da fé cristã para que a política não se converta em religião mas seja serviço aos oprimidos em sua busca da justiça? Poderia ser que em tal maneira a mensagem da salvação servisse ao homem em sua totalidade?

- 7.3 Muito menos estou convencido de que se possa achar a salvação de Jesus Cristo no mundo sem nenhuma mediação da palavra. Talvez o Cristo universal esteja fazendo sua salvação em qualquer lugar, mas não o sabemos. Estamos ligados aos meios concretos e históricos da palavra. Não se pode separar o "já" da salvação da mensagem do evangelho. Deus atua como salvador através de seus mensageiros. Não podemos falar da salvação se não se vai às raízes do pecado, se não se cria a fé e promete a vitória final de Deus por causa de Jesus. Por isso, por exemplo, quando um povo consegue sua libertação política, não é apropriado nem necessário chamá-lo parte do "já" da salvação em Jesus Cristo, embora a pregação da palavra de Deus haja feito impacto neste processo e embora os cristãos hajam apoiado tal libertação como algo conforme com a vontade de Deus. Em vez de identificar acontecimentos bons como atos salvíficos em Cristo, devemos alegrar-nos neles e afirmá-los em sua própria particularidade como manifestação da justiça.
- 7.4 A crítica contra o uso ideológico do "céu" deve advertir-nos que a promessa do evangelho não é uma palavra de resignação nem de escape da história, mas uma palavra de esperança, de consolo e de responsabilidade (accountability). A esperança do Reino de Deus cria descontentamento com o sofrimento no presente, oferece uma crítica da injustiça atual e nos estimula a transformar nosso mundo. O consolo do Reino pode sustentar-nos tanto em tempos em que a justiça experimenta vitórias como quando sofre derrotas. Na promessa reconhecemos que, em última análise, somos responsáveis (accountables) não diante da história nem diante de um grupo na história, mas

diante de Deus, o Senhor e Juiz da história, cujo Reino e justiça é a realidade última.

8. A salvação promete um novo destino à criação, um destino que é o juízo, a transformação e a meta de tudo. Não é uma condenação da criação, um substituto ou um escape dela, como se seu valor fosse somente negativo, como se não fosse uma obra de Deus. Nem é mero corretivo da criação, como se não houvesse ruptura profunda na história, como se não houvesse nada novo na salvação. A perspectiva não é o destruir uma criação que está fora da vontade de Deus nem pôr a salvação numa criação (quase) auto-sustentada, mas o afirmar a criação distorcida à luz da salvação. Porque a criação comparte o futuro do reino, o cristão vê a ação de Deus como o criador, como uma luta dinâmica que mantém o mundo aberto ao Reino. Em sua luta em todo o mundo contra as conseqüências políticas do pecado e seu chamado ao homem a aceitar sua responsabilidade histórica, Deus oferece possibilidades de refrear o mal, de dominar concretas estruturas destrutivas e de construir novas formas de unidade, paz, liberdade e justiça. Nos acontecimentos concretos, Deus expressa seu amor fiel pelo homem íntegro. Sua ação está escondida e é difícil de discernir e a resposta humana cria muitas vezes novas estruturas destrutivas. Apesar disso, o cristão aceita sua vocação histórica com confiança e gratidão, porque Deus está agindo na história. E às vezes se pode encontrar pistas ou intuições de seu reino último na história. Esta dupla obra é a de um Deus, embora a correlação das duas continue sendo um mistério para nós até o Reino.

9. Jesus é Senhor! Como Senhor é Criador. Mas agora o senhorio de Jesus está manifestado mais claramente através de sua palavra e de sua comunidade no paradoxo do Crucificado que vive. Estará manifestado plenamente no reino com o Pai. Como Senhor, Jesus deve ser Senhor para a Igreja e para todos os cristãos em toda a vida. Conforme Lutero, isto quer dizer liberdade, que o cristão seja livre da lei e dos poderes do mundo, e livre para sofrer a injustiça no que toca a si mesmo, e que seja livre para amar em todas as relações com os demais, com a confiança de que a palavra final é de Jesus Cristo. Significa a nova obediência como discípulo de Jesus. Significa que outras realidades não podem reclamar sua fidelidade incondicional e que tenha uma consciência crítica frente a outros senhores que pretendam oferecer a salvação. A disposição de permitir que o mundo secular seja secular significa a rejeição de todas as pretensões messiânicas que surgem no mundo, e a luta contra elas e suas conseqüências destrutivas. Não significa a criação de uma cristocracia, mas a liberdade de identificar-se com ela sem poder.



10. A Igreja é essa parte do mundo que confia em Jesus como Senhor e Salvador. Como a comunidade dos crentes, vive com a segurança completa de que está salva apesar de tudo (categorias absolutas, incondicionais – tudo ou nada) e ao mesmo tempo vive na luta contínua do novo contra o velho, com a confiança de pertencer ao novo (categorias relativas – mais ou menos). Quanto ao primeiro, a diferença com o mundo é, em princípio, clara, é a diferença entre a fé e a falta de fé (embora não se possa identificar a linha claramente); e quanto ao segundo, a diferença não está bem marcada. A Igreja deve ser uma comunidade no mundo com uma diferença, um sinal do reino em todos os aspectos de sua vida, mas, vê-se, às mais das vezes, o velho em vez do novo. A Igreja comparte todas as características de qualquer instituição humana, mas isto não é escusa de que o novo não se manifeste parcialmente. Enquanto reconhece tanto a diferença categórica quanto a diferença relativa com o mundo, a Igreja tem que dizer “sim” e “não” ao mundo num processo contínuo; ao mesmo tempo em que escuta e aprende do mundo. À luz de seu futuro comum e da ação de Deus no mundo, a Igreja é “para” o mundo, mas ser para um mundo distorcido significa muitas vezes estar “contra” o mundo, isto é, contra aspectos do mundo que contradizem a intenção de Deus. A Igreja não deve escapar, dominar, ignorar nem render-se ao mundo, mas confrontá-lo, servi-lo e transformá-lo. A Igreja não deve tratar de cristianizar o mundo, ou seja, impor o Reino de Cristo sem a fé em Cristo, nem permitir que ela se secularize, ou seja, aceitar o mundo em sua vida sem a crítica nem a transformação. Ao mesmo tempo em que reconhece a independência legítima do mundo, a Igreja se acerca ao mundo com sua própria perspectiva e enquanto sabe que é parte do mundo, e por isso finita e distorcida, a Igreja confessa que sua vida e missão vem do Senhor e Salvador. A relação da Igreja com o mundo deve ser rica na tensão.

11. O conceito da autoridade secular de Lutero não pode dar a base para um conceito do estado no século XX. A resposta de Lutero à pergunta: “Quem deve governar?” – “Aquele que está governando” – tem sido inadequada, pelo menos já há 200 anos. A rejeição de qualquer revolução, a ausência de tendências democráticas, a falta da idéia de governo ilegítimo, a aceitação das estruturas medievais, o término do dever do sujeito na obediência, o medo excessivo do caos, o entendimento predominantemente negativo da função da autoridade secular, a falta de uma análise social, um conceito da política limitada ao estado, etc. mostram que o conceito concreto de Lutero tem somente um propósito negativo para nossos dias.

- 11.1 Elementos de seu conceito político que talvez tenham significado para nós, são: 1) A afirmação de que (em princípio) o estado tem sua função de Deus como um meio de luta contra o mal. 2) A liberdade do estado vis-a-vis a Igreja; o estado não recebe sua autoridade através da igreja. 3) Os limites do estado em questões de fé, o tema da "autoridade secular". 4) A base do estado na ação de Deus como criador não como salvador (contra Barth). 5) O reconhecimento de que a espada é necessária para a sobrevivência do amor (a obra estranha e trágica do amor, isto é, a obra que destrói e constrange o que está contra o amor, um conceito necessário mas perigoso que necessita cuidadosa exposição). 6) A afirmação de que o cristão pode e deve servir aos outros em instituições políticas. 7) A insistência de que os líderes sejam guiados por considerações morais. 8) O reconhecimento da ambigüidade das decisões concretas e das dificuldades em estabelecer a justiça e o apreço da sabedoria nos líderes políticos. 9) O saber que a situação poderia ser pior e o juízo de que a ordem é melhor que o caos. 10) Uma desconfiança no uso da linguagem do evangelho na política. 11) O conceito de que a atividade política é secular e ao mesmo tempo uma resposta a Deus, que dá o bem na política.
- 11.2 Lutero tinha razão de que o estado não deve interferir nos assuntos da fé na igreja. Se isso acontece, há resistência por parte da igreja. O correlativo deste juízo não é que a igreja não deve "interferir" nos assuntos de estado, mas que a igreja não deve buscar o poder para reger com a espada e a lei. Se a igreja tem o encargo de pregar a palavra de Deus, então tem a obrigação de falar da justiça ao estado.
12. O uso que as igrejas fizeram dos dois reinos na história teve conseqüências desastrosas. Embora seja necessário reconhecer exceções e valores positivos em sua história, as expressões deste conceito da ética política, fundamentadas em mistura das interpretações corretas e falsas de Lutero (isto é, encontraram com razão raízes em Lutero), mostram suas desvantagens. Não somente funcionaram para justificar estruturas opressoras e ações injustas, mas também destruíram o poder da crítica profética e a vontade de transformar a realidade.
- 12.1 Algumas razões teológicas para este resultado são: 1) Um conceito da providência positivista (isto é, o que é, é vontade de Deus, que deve ser aceita). 2) Um conceito estático da criação que retificava instituições históricas e socavava a responsabilidade humana de criar novas instituições. 3) Um

conceito da escatologia que alimentava a passividade (que não é um resultado natural da justificação pela fé). Um dualismo da criação e da salvação, sem nenhuma unidade última. 5) Uma criação de uma dupla moralidade que limitava a fé ao indivíduo e deixava a história entregue a sua autonomia (Eingesetzlichkeit, uma interpretação que se ajustava bem com a tendência moderna de fazer da religião uma coisa privada, e então, sem importância na vida pública. 6) Um individualismo que levava a pessoa a separar sua relação com Deus de suas relações sociais e políticas. 7) A tendência de ver a responsabilidade para com a sociedade esgotada em atos de caridade. 8) Uma imagem pessimista do homem que socavava o atrativo de mudar a injustiça e que levava a aceitar soluções políticas autoritárias. 9) Um descuido e um fracasso ao desenvolver os conceitos de Lutero da liberdade cristã e o da vocação, e a falta da disposição de imitar a Lutero em sua crítica concreta às instituições de seu tempo.

13. O cristão tem a permissão e a responsabilidade de servir ao próximo nas instituições políticas em busca da justiça. Vive nos dois campos da ação de um Deus e deve chegar à sua posição política à luz da dupla luta de Deus contra o mal. O problema é desenvolver um método para uma ética teológico-política que faça justiça a esta dupla ação de Deus e ao cristão como ser histórico com uma perspectiva da fé. Deve-se colocar a Jesus no centro sem fazer exigências exageradas e impróprias e deve-se respeitar aquilo que é bom na experiência comum do homem sem rendição e sem se esquecer do único e diferente na perspectiva da fé.

13.1 O único, o que é único para a ética política do cristão é a motivação e a perspectiva última da fé (o contexto, o horizonte, a estrutura do sentido). O motivo de fazer o que é bom é o amor que Deus nos dá em Jesus Cristo; toda a vida é uma resposta gozosa à graça de Deus. Vive na perspectiva de (entre outras coisas) que Jesus-em-Israel, é o homem verdadeiro, o último modelo para tudo o que fizer, e o Reino de Deus é a sociedade verdadeira, o modelo final para qualquer ordem política. Desta perspectiva há normas e valores diferentes (que se podem compartilhar com outros), que, apesar disso tem seu próprio contexto para o cristão no horizonte da fé. O mais importante é o amor, a consideração dos outros como pessoas com um compromisso desinteressado por seu bem-estar. Seguindo este ponto de partida há outros, quais sejam, a unidade dos homens, a solidariedade com os pobres e os que sofrem, a importância do indivíduo, a libertação dos oprimidos, a igualdade, a paz. etc. Eles fornecem uma certa direção na política.

- 13.2 Apesar disso, isto não pode significar que Jesus dê um projeto político para o século XX. Dizia Lutero que não se pode governar o mundo com o evangelho, isto é, segundo a ética do sermão da montanha, que exclui a possibilidade de usar a força e a violência (Mt 5,39 diz, por exemplo: "Não resistam ao mal", enquanto que uma função da política é resistir ao mal). O juízo de Lutero destaca duas realidades cruciais: o caráter radical da nova vida em Jesus e a presença do mal radical na política onde alguns homens dominam sobre outros com a violência e as mentiras. Isto significa várias coisas: 1) A vida da igreja deve encarnar uma qualidade que não se ache na política. 2) Até o ponto que a nova vida encontre expressão na comunidade dos discípulos de Jesus, haverá tensão e conflito entre ela e o mundo político. 3) Não há política cristã, salvo, talvez a da não-resistência (que também não está livre da ambigüidade). 4) Todos os projetos políticos em que o cristão participar são em parte (pelo menos) uma contradição do evangelho; por isso não se pode identificar o evangelho com um projeto político. 5) O cristão na política está envolvido sempre em compromisso (um transigir) que produz um sentido de humildade e que produz uma consciência inquieta, necessitada da graça. 6) O cristão deve ser cético (mas não necessariamente sempre rejeitar) frente às justificações das posições políticas que apelem diretamente a Jesus ou ao evangelho. Apesar disso, o juízo de Lutero não deve significar que o evangelho não tem nada a ver com a política. Não se deve construir uma parede que evite que certos aspectos do evangelho tenham uma influência política (13.1).
- 13.3 Como ser histórico o cristão comparte com os demais toda a provisioridade da vida. Entre outras coisas, significa que suas decisões políticas dependem de muitos juízos empíricos que não se podem deduzir da teologia. Para atuar com eficácia em seu contexto tem que sabê-lo bem. Tal saber não é propriedade dos cristãos e não é presente da fé. Por isso, o cristão deve aprender com e de outros o contexto e as disciplinas que buscam sabê-lo e deve justificar seu projeto com o melhor do saber secular. Neste sentido podemos falar de uma autonomia relativa do secular que se refere à necessidade de entender uma situação e de explicar um projeto em vários marcos da linguagem não-teológica. Não há substituto da competência secular, nem mesmo para o santo.
- 13.4 Como cristãos não temos um monopólio da paixão pela justiça nem da capacidade de determinar o bom e o justo na política

Na verdade, muitas vezes, os não-cristãos são o dedo de Deus que nos assinala nossa tarefa. É difícil (impossível?) manter a exigência de que as normas políticas concretas para os cristãos são ou devem ser unicamente cristãs à luz do fato de que geralmente são muito semelhantes às posições seculares (o caso de Barth). Mas estas observações não devem surpreender-nos porque o cristão finito comparte o mesmo mundo com seus irmãos seculares e afirma que Deus está ativo em todo o seu mundo. Para expandir uma certa intuição de Lutero pode-se dizer: O cristão crê que Deus está dominando seu mundo anonimamente através das instituições políticas, que está lutando fortemente contra as estruturas políticas do pecado através da responsabilidade humana, que as ocasiões para a ação foram feitas presentes pela pressão de Deus e que ele tem a tarefa de criar um mundo conforme a lei de Deus. Lutero encontrou a vontade de Deus para a sociedade expressa na segunda tábua dos dez mandamentos (acessível a todos os que conhecem a Bíblia) que interpretou livre, compreensiva e concretamente para sua sociedade (veja-se o Catecismo Maior). Também afirmou que o conteúdo geral das normas (a lei natural) estava ao alcance da razão humana, pelo menos, parcialmente. Embora seja preciso rejeitar qualquer teoria da lei natural e dos dez mandamentos que seja estática e que não faça justiça à moderna consciência histórica, o cristão deve tratar de determinar o que seja "a lei de Deus" com outros homens por suas capacidades humanas, capacidades para o cristão que estão renovadas e sensibilizadas às necessidades dos demais por sua nova vida em Jesus Cristo. Pode e deve apelar ao Único e distinto na fé cristã não somente porque seja cristão mas porque serve à construção de uma sociedade mais justa. A interpretação dos valores e a criação de uma hierarquia dos valores em um contexto particular não é uma tarefa em que o cristão tem um conhecimento mais alto que os demais porque é cristão. Tal tarefa é da razão, isto é, a capacidade de convencer com argumentos claros que uma posição é o melhor para a sociedade. A vantagem desta posição é seu realismo em reconhecer que a posição política que os cristãos afirmam tem fontes não especificamente cristãs (embora não se deva negar a influência histórica da tradição do evangelho também aos não-cristãos), sua abertura a aprender dos não-cristãos e sua disposição de apoiar projetos bons, mas não unicamente cristãos em um mundo pluralista. Ademais, não há divisão ou dualismo no cristão porque funciona como

uma nova pessoa com suas diferentes perspectivas e valores, mesmo quando os defende em linguagem não-teológica.

- 13.5 Ainda há outro nível da discussão de uma ética política de uma perspectiva ideológica, um nível onde a perspectiva última desempenha uma papel fundamental. Justamente como há interpretações seculares da religião (por exemplo, a crítica ideológica da função da religião), há interpretações religiosas ou teológicas do secular, isto é, um exame crítico dos fundamentos de uma estrutura política do sentido. Estuda-se, por exemplo, o marxismo ou o liberalismo para determinar a pertinência de seus pressupostos finais e sua compatibilidade e sua diferença com a perspectiva cristã. A meta é tanto de aprender deles como criticar e transformá-los. Ao estar ligado a uma ideologia, o cristão tem que prestar atenção tanto a que ideologia como à maneira em que o faz. Inclui também a avaliação crítica das bases das ciências.
- 13.6 Estes vários pontos da reflexão ( o teológico 13.1;2/, o empírico 13.3/, o ético 13.4/ e outra vez o teológico 13.5) estão relacionados dialeticamente e têm uma relação direta e mútua a um contexto particular e a um compromisso político.
- 13.7 As decisões políticas por sua natureza são concretas. Participar na política é apoiar uma linha e não outra, um partido e não outro, etc. Tal participação está determinada por muitos fatores: a posição na sociedade, o auto-interesse, as capacidades humanas, o caráter, os juízos empíricos, morais, teológicos, etc. A percepção é sempre parcial. Por isso os cristãos não vão a – e não devem – estar de acordo em suas posições políticas. Tais diferenças têm sua fonte não somente no pecado mas também na finitude e complexidade. Na igreja a tensão é ser uma comunidade profética ao mesmo tempo aberta à discussão política em que participe gente com várias posições. Também há que recordar que os juízos teológicos oferecem geralmente uma direção e um contexto e não a (única) razão para uma decisão particular. Quando se toma uma tática, por exemplo, o mais importante é ser modesto nas reivindicações teológicas (sem ignorá-las) e mais forte com outros tipos de argumentação (embora a decisão concreta possa abrir novas dimensões da natureza teológica do compromisso político também).
- 13.8 Falei da ética política em termos de um método de formular juízos. Também se pode enfocar o caráter moral de uma pessoa e suas atitudes, atitudes que não estão diretamente ligadas a certo juízo político (por exemplo, honestidade).

Faz-se a diferença por causa da experiência de que o juízo bom e a pessoa boa muitas vezes não coincidem. Por exemplo, o conservador poderia amar aos pobres genuinamente e o marxista poderia odiá-los genuinamente e até o próprio marxista tem razão em seu juízo. (É uma ilusão da propaganda crer que os revolucionários são os amantes verdadeiros e os conservadores os que odeiam verdadeiramente, ou ao contrário). Uma vantagem em falar das qualidades da pessoa é que elas persistem através do tempo e os juízos dependem de muitas variáveis mutáveis do contexto. Este enfoque é comum na tradição, no falar da "nova pessoa" ou, por exemplo, na "liberdade cristã" de Lutero. O cristão, como partidário de um ou outro projeto, deve ser formado pelas qualidades de amor, fé, esperança, liberdade, auto-crítica, humildade, coragem, etc. É importante reconhecer a diferença entre estes dois enfoques e prestar atenção a ambos. Tanto as qualidades como os juízos devem servir à justiça.

14. A ética dos dois reinos é uma ética de realismo. A teologia mostrou que o realismo é com grande frequência uma mera acomodação às estruturas existentes. Contudo, o otimismo "do triunfalismo revolucionário" na década 60-70 aponta para a necessidade de um "realismo criativo" (termos de dois estudantes no seminário), ou um realismo em serviço à esperança. Entre outras coisas, o realismo quer dizer: 1) Uma análise sóbria de tudo o que é importante em um contexto em toda sua complexidade. 2) Uma análise e juízo tanto de tudo o que resiste à direção do projeto como tudo o que o apóie. 3) Um reconhecimento do poder do mal, que tem sua fonte na vontade do homem e sua objetivação nas estruturas sociais e políticas. 4) Uma consciência da natureza ambígua de todas as decisões e projetos históricos e o prestar atenção ao custo do projeto em termos de sofrimento humano. 5) O reconhecimento da tendência de cair em uma moralidade seletiva que possa ver o mal em outros projetos históricos e não em seu próprio (Mt 7,3). 6) A rejeição tanto da glorificação do presente que escolhe a injustiça atual como da idéia de uma sociedade perfeita no futuro como ilusões da ideologia a da utopia, respectivamente. 7) A busca das estruturas políticas que reconhecem o perene poder do mal e por isso criam meios para diminuí-lo e controlá-lo. 8) A paixão madura e criativa pela justiça e o compromisso de luta a longo prazo no horizonte da esperança.

15. O poder da teologia da América Latina é sua solidariedade com os pobres e seu compromisso com a libertação de um continente oprimido e dependente. Tomando em conta "os dois reinos", a debilidade de algumas expressões desta teologia é a confusão das

duas ações de Deus que diminui a promessa incondicional (a graça e a plenitude da salvação) e que exagera a expectativa política. A questão sem resposta é o significado e a validade nos dois marcos do conceito teológico da história como uma história de libertação (providência).

16. O desafio ao cristão orientado pela "dupla ação de um Deus" é eliminar os falsos dualismos (entre a alma e o corpo, o espiritual e o secular, a religião e a política, etc.) e viver como homem íntegro em todas as dimensões da vida com e para os demais em uma história no serviço ao único Deus que está presente para nós no Espírito Santo como Criador e Salvador. É proclamar a salvação em Jesus Cristo a todo o mundo e atuar com Deus em busca de mais justiça, começando com as exigências dos pobres, até que venha a justiça plena do reino de Deus.